

**Efeitos da Crise Mundial e Perspectivas de Expansão da
Economia Brasileira**

*Effects of Global Economic Crisis and Prospects for
Expansion of Brazilian Economy*

José Matias Pereira

Universidade de Brasília

<http://lattes.cnpq.br/5838194984225945>

matias@cead.unb.br

Efeitos Da Crise Mundial E Perspectivas De Expansão Da Economia Brasileira

Effects Of Global Economic Crisis And Prospects For Expansion Of Brazilian Economy

Resumo

Temos como objetivo neste artigo, apoiado nos principais indicadores da economia global e nacional, promover uma análise dos efeitos da crise mundial e as perspectivas de crescimento da economia brasileira no período de 2012 e 2013. O referencial teórico está apoiado nas teorias keynesiana, neoinstitucionalista e das finanças públicas. Trata-se de um artigo bibliográfico, descritivo e qualitativo, cujas discussões estão baseadas nas projeções contidas nos relatórios das principais instituições multilaterais e nacionais brasileiras, em especial nas variáveis econômicas mais relevantes como o crescimento da economia mundial, do comportamento do nível de emprego e da inflação. Os resultados das discussões, a partir das análises dos documentos citados, evidenciam que a crise econômica mundial continua impactando de forma preocupante na maioria dos países, em especial, nos denominados Zeus (membros da Zona do Euro e Estados Unidos), e que o desempenho da economia brasileira deverá crescer num ritmo menor nos próximos anos. Essas constatações nos permite concluir que se faz necessário a definição de um diagnóstico consistente para o Brasil, que permita uma mudança estrutural no potencial de expansão da economia do país, em especial, preparando de forma mais adequada o seu ambiente macro e microeconômico.

Palavras-Chave: Mudança no cenário mundial, fragilidades da política econômica, perspectivas de crescimento, Brasil.

Abstract

Our objective in this article, supported in the main indicators of the global economy and national levels, to promote an analysis of the effects of the global crisis and the prospects for economic growth in Brazil during 2012 and 2013. The theoretical framework is supported Keynesian theories, neo and public finances. This is an article bibliographic, descriptive and qualitative, which discussions are based on projections contained in the reports of the major multilateral and national institutions in Brazil, especially in the most important economic variables such as growth of the world economy, the behavior of employment and inflation. The results of the discussions from the analyzes of the documents cited, show that the global economic crisis continues impacting alarmingly in most countries, especially in so-called Zeus (members of the Eurozone and the United States), and that performance Brazilian economy is expected to grow at a slower pace in the coming years. These findings allow us to conclude that it is necessary to define a consistent diagnosis for Brazil, allowing a structural change in the growth potential of the economy, in particular, more adequately preparing its macroeconomic and microeconomic environment.

Keywords: Change in the world stage, weaknesses in economic policy, growth prospects, Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Constata-se que nas últimas décadas um crescente número de Estados-nação, num contexto de profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais vem enfrentando enormes dificuldades para cumprir suas atribuições de promover ajustamentos na alocação de recursos, na distribuição da renda e, em especial, para manter a estabilidade econômica (Musgrave, 1989). O aprofundamento da crise econômica mundial, iniciada em 2008, revela que os esforços feitos pela maioria dos governantes no mundo, em especial os dirigentes dos países que integram os denominados Zeus, membros dos 17 países da Zona do Euro e os Estados Unidos, para amenizar a desaceleração das suas economias não alcançaram os seus propósitos.

Esse cenário descrito evidencia os enormes desafios e ameaças presentes no meio ambiente global. Diversos autores e economistas dos principais organismos multilaterais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), vem alertando que a economia mundial poderá enfrentar um colapso semelhante ao que ocorreu no período da Grande Depressão na demanda, caso a Europa não consiga adotar medidas para aumentar de forma significativa o tamanho da sua proteção contra a crise da dívida, bem como estimular políticas que induzam o crescimento, além de promover a consolidação da integração da Zona do Euro. Eles destacam que somente dessa forma será possível evitar a repetição do fenômeno ocorrido em 1930, decorrente da inércia, da insularidade e da ideologia rígida, que somados provocaram um colapso da demanda global.

Uma parcela significativa desse quadro descrito está delineada nos estudos, relatórios e indicadores econômicos e sociais divulgados no final de 2011 e no primeiro semestre de 2012 por diferentes instituições multilaterais e órgãos de pesquisa econômica e de estatística nacionais (Banco Mundial, FMI, OCDE, IBGE, BCB). Esses documentos indicam que os países desenvolvidos e emergentes, na sua maioria, apresentam problemas de crescimento e de deterioração nos seus mercados de trabalho, apesar dos esforços feitos por seus governos para amenizar a desaceleração das suas economias.

Observa-se que a crise na economia mundial começa a ser percebida de maneira crescente pela sociedade mundial como resultado das medidas

inadequadas dos governantes. E que o seu agravamento é decorrente da incapacidade das principais lideranças políticas e econômicas mundiais de contê-la. Essa percepção das populações que vivem nos países mais afetados pelos efeitos da crise econômica global (que eclodiu nos Estados Unidos, no final de 2008), está provocando protestos e colocando os governantes em dificuldades.

Verifica-se, nesse contexto, que os países desenvolvidos possuem espaço menor de manobra diante da crise de dívida soberana que atinge os países da Zona do Euro. É preciso alertar, entretanto, que além dos países-membros da Zona do Euro (países que adotam a moeda única) e os Estados Unidos, os efeitos da crise também está afetando, com intensidades diferentes, as quatro maiores economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China (BRICS), sinalizando uma redução do crescimento econômico e no aumento da inflação.

É relevante destacar que a postura cautelosa, e até de ceticismo, por parte dos principais atores econômicos, políticos e sociais no mundo é decorrente de um ambiente onde estão presentes enormes incertezas e turbulências, como por exemplo, a forma como irá ocorrer o processo de desaceleração da economia chinesa, as dificuldades para a retomada do crescimento da economia dos EUA e os riscos decorrentes de uma possível saída de algum membro da Zona do Euro. Esses fenômenos representam uma ameaça concreta à estabilidade da economia global, e devem ser avaliados de forma contínua e incorporados pelos governantes nas suas decisões políticas, notadamente nas suas políticas econômicas.

É relevante destacar nesta parte introdutória que as mudanças em curso no mundo estão acelerando o nascimento de um mundo diferente daquele que conhecemos, no qual será decisiva a utilização intensiva de novas tecnologias que irão permitir a construção de novas bases das economias dos países mais ricos, notadamente no campo de produção de energia. É previsível nesse novo cenário que importantes questões geopolíticas, culturais e ambientais no mundo ficarão relegadas a um plano secundário conforme evidenciado nos baixos resultados alcançados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (*Rio+20*), realizada no Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012.

Nesse sentido, partimos do entendimento de que o Brasil, por estar fortemente interligado ao sistema econômico e financeiro mundial, não está imune aos efeitos do agravamento da crise econômica global. Observa-se que a elevação

do desempenho da economia brasileira nos últimos anos, num contexto de comércio mundial favorável, foi beneficiada pelo crescimento da demanda e na elevação nos preços das *commodities*. Esse cenário favorável contribuiu para reforçar a crença no acerto do modelo econômico em vigor, em particular, das políticas fiscal e monetária. A crise, entretanto, vem provocando alterações significativas no mercado global, impedindo a recuperação dos países desenvolvidos, e por consequência, sinalizando a necessidade de diversos países, entre os quais o Brasil, de redefinir os seus modelos econômicas.

Frente a esse cenário inquietante formulamos as seguintes perguntas: *A crise econômica mundial está afetando o desempenho da economia brasileira? Quais são as perspectivas de crescimento do Brasil nos próximos anos?*

Com vista a alcançar os objetivos propostos vamos utilizar como base de apoio da pesquisa os estudos e os relatórios e indicadores socioeconômicos recentes produzidos pelas principais instituições internacionais e nacionais orientados para o tema em análise. Nesse sentido, iremos nos apoiar, em especial, nos indicadores de crescimento da economia mundial, do comportamento do nível de emprego e da inflação nos países desenvolvidos e emergentes, para avaliar de forma preliminar, as perspectivas de crescimento da economia brasileira nos próximos anos ¹.

Além de analisar os relatórios e os dados que tratam da economia mundial, iremos avaliar, também, o nível de consistência do modelo econômico em execução no governo Dilma Rousseff (2011-2014), com base nos indicadores do Banco Central (BCB, 2012) e nas Contas Nacionais (IBGE, 2012). Nessa análise se buscará evidenciar se a política econômica proposta pelo atual governo, que busca conciliar crescimento econômico com juros altos (que compromete o desempenho da economia e a redução da dívida); manutenção de uma carga tributária elevada e o corte nos investimentos públicos é uma política viável para atender as necessidades da sociedade brasileira.

Este estudo é essencialmente bibliográfico, descritivo e qualitativo. Ressaltamos que não temos a pretensão de esgotar o assunto em análise, destacando que ele possui diversas limitações, notadamente diante de dificuldade

de avaliar em toda a sua extensão os efeitos colaterais da crise na economia do Brasil, o que reflete nas suas conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: EVOLUÇÃO DA TEORIA ECONÔMICA E DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Observa-se que, as contribuições do marginalismo do século XIX, do keynesianismo e do monetarismo no século XX foram bastante significativas para a evolução da teoria econômica. Essas idéias refletiram fortemente na teoria e na prática das finanças públicas. Para Keynes, os Estados têm como principal objetivo adotar medidas para evitar os dois grandes males característicos dos ciclos econômicos: o desemprego e a inflação. Junto com a política monetária, atribui-se à política fiscal, portanto, um papel primordial na obtenção da estabilização econômica (KEYNES, 1983).

Nesse sentido, o Estado, como agente fiscal, deve buscar evitar que sua despesa total não seja nem muito grande, nem muito reduzida. O principal instrumento dessa política está num orçamento que, ao abrir mão do princípio de equilíbrio proposto pelos economistas clássicos, seja capaz de atender à renda e ao gasto do país como um todo e não apenas às finanças públicas; e que planifique as despesas em função das necessidades da sociedade, em vez de fazê-lo exclusivamente para atender aos recursos financeiros. Um princípio inerente a essa teoria é o do gasto anticíclico, ou seja, um orçamento com déficit (as despesas superam as receitas), durante as fases de recessão ou crise, e um orçamento com superávit (as receitas superam as despesas), no auge da prosperidade.

Esse princípio, quando aplicado, conduz, em períodos de crise, à redução dos impostos, de forma que a população disponha de mais dinheiro para gastar; ao aumento das despesas públicas com subsídios para o desemprego e subvenções para os produtos agrícolas; e, por último, ao aumento das obras públicas. Busca-se, dessa maneira, estimular a demanda total, com a finalidade de superar a etapa depressiva e voltar a uma fase de expansão. Nesse caso, a atuação fiscal seria inversa, ou seja, elevação de impostos, redução do gasto público e amortização da dívida pública emitida durante a depressão.

O emprego dessa política orçamentária evitou os principais inconvenientes da política tradicional de orçamento equilibrado, na qual se elevavam os impostos e

diminuíam-se as despesas públicas durante a depressão. Acentuavam-se com isso as flutuações econômicas e retardava-se a recuperação.

Observa-se que o pensamento neoliberal, em especial as teorias monetaristas, nas últimas décadas do século XX, passou a criticar de maneira sistemática a excessiva importância que a teoria keynesiana atribuiu ao Estado. Para os monetaristas, foi em consequência dela que se havia distorcido o livre jogo da oferta e da procura. Argumentava, também, que havia sido reduzida a competitividade e a eficiência das economias de livre mercado (SARGENT, 1982, 1986). Essas análises motivaram profundas alterações nas políticas econômicas, em particular nas políticas orçamentárias dos países, sem que isso conseguisse refutar a importância e a consistência do modelo keynesiano.

As críticas dos teóricos monetaristas aos keynesianos quanto à discricionariedade do *policymaker* na condução das políticas econômicas serviram para intensificar o debate acadêmico. Nesse contexto os teóricos keynesianos buscaram regras de políticas ótimas, modeladas com fundamento microeconômico e com ênfase no papel das expectativas (incorporando as expectativas racionais, além de dar uma melhor fundamentação a questão da rigidez de preços). Com isso permaneceu em evidência a curva de Phillips e os efeitos não neutros da política monetária no curto prazo.

3 FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

É sabido que o Estado possui diversos instrumentos para intervir na economia. Por meio da política econômica o governo promove a intervenção na economia com o objetivo de manter o crescimento econômico e os níveis de emprego elevados, com estabilidade de preços ². Destacam-se entre esses instrumentos as políticas: fiscal e monetária. Por meio delas torna-se possível controlar, por exemplo, preços, salários, inflação, impor choques na oferta ou restringir a demanda (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; MATIAS-PEREIRA, 2011, 2012).

Esses instrumentos e recursos utilizados pelo Estado para intervir na economia podem ser definidos da seguinte forma:

- **Política Fiscal** - envolve a administração e a geração de receitas, além do cumprimento de metas e objetivos governamentais no orçamento, utilizado para a alocação, distribuição de recursos e estabilização da economia. É possível, com a política fiscal, aumentar a renda e o PIB e aquecer a economia, com uma melhor distribuição de renda.
- **Política Monetária** – envolve o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, para efeito de estabilização da economia e influência na decisão de produtores e consumidores. Com a política monetária, pode-se controlar a inflação, preços, restringir a demanda, etc.
- **Política Regulatória** - envolve o uso de medidas legais como decretos, leis, portarias, etc., expedidos como alternativa para se alocar, distribuir os recursos e estabilizar a economia. Com o uso das normas, diversas condutas podem ser banidas, como a criação de monopólios, cartéis, práticas abusivas, poluição, etc.

Neste estudo iremos utilizar como referencial teórico a teoria keynesiana ³, a teoria neoinstitucionalista e a teoria das finanças públicas (KEYNES, 1983; NORTH, 1997; MUSGRAVE, 1959). Registre-se que a teoria das finanças públicas, de uma forma geral, preocupa-se com a existência das falhas de mercado, que torna necessária a presença do governo, do estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público.

Sabemos que a tributação deve servir como instrumento para a correção de desequilíbrios conjunturais e para a obtenção de taxas satisfatórias de crescimento. Os tributos devem ser avaliados tanto de um ponto de vista restrito, com relação a sua eficiência econômica, quanto de um ponto de vista mais amplo, à sua adequação aos objetivos da política fiscal. Sob a ótica de sua eficiência, dois princípios norteiam a teoria da tributação: neutralidade e equidade. Num sentido mais amplo, ou seja, adequar os tributos aos princípios da Política Fiscal, a teoria da tributação tenta aproximar-se de um sistema tributário ideal através dos princípios da equidade, progressividade, neutralidade e simplicidade.

Na análise da incidência da atividade do setor público - com ênfase para a política fiscal -, sobre a distribuição de renda, fica evidenciado que, tão importante quanto os efeitos dos tributos, são também os efeitos dos gastos do governo. Nesse sentido, pode-se constatar que para o adequado funcionamento do Estado é essencial à gestão adequada das finanças públicas. Assim, as finanças públicas

além de assegurar a manutenção da administração e dos serviços públicos é uma ferramenta essencial para gerar estímulos e corrigir os desequilíbrios na economia do país.

Qualquer que seja o foco do debate sobre redução de gastos governamentais e do "tamanho" do Estado, é fundamental que seja levado em consideração a sua participação na economia, bem como as inúmeras funções desempenhadas por ele. Nesse contexto, a questão do gasto público deve receber uma maior atenção, em especial, a forma como se decide onde serão feitos os cortes, como por exemplo, na saúde, educação, defesa, policiamento, justiça ou no investimento econômico-social. Observa-se um fenômeno de crescente participação do gasto público no PIB em todas as principais economias mundiais. Historicamente esse fato é explicado pelo envelhecimento da população e pelo processo de urbanização. A elevação do gasto público tem sido total ou parcialmente compensada com elevação tributária, não causando grandes impactos no percentual da dívida sobre o produto interno.

Os principais conceitos utilizados neste trabalho estão destacados a seguir. As finanças públicas de um país, de forma geral, estão orientadas para as operações relacionadas com a receita, despesa, orçamento e o crédito público. Preocupa-se, portanto, com a obtenção, distribuição, utilização e controle dos recursos financeiros do Estado (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; MATIAS-PEREIRA, 2012).

Política fiscal deve ser entendida aqui como o conjunto de medidas relativas ao regime tributário, gastos públicos, endividamento interno e externo do Estado, e as operações e situação financeira das entidades e organismos autônomos ou estatais, por meio dos quais se determina o montante e distribuição dos investimentos e consumo públicos como componentes da despesa nacional. Ou seja, a política fiscal é a manipulação dos tributos e dos gastos do governo para regular a atividade econômica. Ela é usada para neutralizar as tendências à depressão e à inflação. Por sua vez, a política monetária é o conjunto de ações conduzidas pelo Banco Central, cujo fim é influir no crescimento econômico mediante manejo de variáveis monetárias da economia. Por meio da sua aplicação, se prevê o manejo de variáveis como a inflação, emissão de moeda, funcionamento do Banco Central, regulação dos bancos comerciais, juros, proteção das reservas do

país, entre outras. Ou seja, a política monetária representa a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeito direto ou induzido, com o propósito de se controlar a liquidez global do sistema econômico. Registre-se que existe uma estreita relação entre as políticas fiscal e monetária, visto que são políticas complementares.

A carga tributária pode ser definida como o total da arrecadação das receitas fiscais do Estado em relação ao Produto Interno Bruto do país. O tributo é o percentual que se paga sobre uma receita, decorrente de fornecimento de bens ou serviços ou transação econômica. As receitas fiscais é o dinheiro que ingressa nos cofres do Tesouro Nacional como resultado da arrecadação dos tributos.

A inflação deve ser entendida como o crescimento contínuo, persistente e generalizado dos preços ⁴. Os tipos de inflação são: de demanda, de custos ou inercial. A inflação de demanda é a mais comum. Ela ocorre quando existe excesso de procura por bens e serviços ou demanda agregada por parte dos agentes econômicos (categorias conhecidas como famílias, empresas, governo e resto do mundo), pressionando o consumo além da capacidade que a oferta tem para satisfazê-la mantendo constantes os preços médios da economia. O seu controle é feito por meio da restrição do consumo por meio da restrição monetária, elevando a taxa real de juros (taxa de juros básica nominal, que no caso brasileiro é a taxa Selic, descontada a projeção da inflação), por meio da política monetária executada pelo Banco Central, com base no sistema de metas de inflação. A política fiscal, por meio da redução de gastos públicos com o aumento das receitas públicas, também é utilizada no esforço para reduzir a inflação.

4 OBSTÁCULOS NA RECUPERAÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL

O processo de retomada do crescimento econômico no mundo, conforme sustenta a literatura, continuará lento nos próximos anos, com efeitos perversos sobre o emprego e a renda das populações mundiais ⁵. Nesse sentido, fica claro que a capacidade de recuperação dos países mais desenvolvidos, em particular os Zeus (países da Zona do Euro e os EUA) está aquém da necessária, em que pese terem uma maior responsabilidade na solução da crise, pois foi naqueles países que ocorreram as bolhas especulativas, decorrentes de falhas de regulação financeira ⁶.

A desconfiança nos mercados ainda persiste, apesar das inúmeras ações dos Estados desenvolvidos e emergentes, atuando na preservação do monopólio da emissão e do poder regulador da moeda, existem indícios de que algumas das economias envolvidas diretamente na crise estão caminhando rumo à deflação. Recorde-se que no Brasil o efeito da forte desvalorização do real em relação ao dólar, na segunda metade de 2008, foi compensado, no índice de inflação.

Torna-se oportuno destacar as recomendações do relatório da Agência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (UNCTAD, dez. 2011), que indica que o desemprego em países ricos preocupa mais do que os desequilíbrios fiscais. A crise da dívida de países europeus e dos Estados Unidos vem levando governos a promover os chamados planos de “austeridade”, com medidas recessivas de contenção de despesas públicas e corte de direitos – incluindo reajustes salariais e aposentadorias, por exemplo.

No seu relatório a UNCTAD assinala que austeridade fiscal cria ameaça de recessão global, a estratégia de enfrentamento da crise corre o risco de repetir erros cometidos no início dos anos 1930, logo após a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, quando se anteciparam medidas austeras aos primeiros sinais de recuperação. A medida adiou uma persistência maior de crescimento econômico no período. O mesmo efeito poderia estar em processo atualmente. Governos de países como Portugal, Grécia, Espanha e Itália promovem uma série de medidas para reduzir despesas como forma de dizer aos investidores internacionais que são capazes de honrar suas dívidas. As iniciativas, porém, tendem a causar recessão, elevar o nível de desemprego, reduzir o poder de compra da população e dificultar o crescimento econômico. Sem crescer, as receitas advindas dos tributos também ficam estagnadas e a recuperação de fato demora mais.

Nesse sentido o relatório da UNCTAD ressalta que os déficits fiscais são consequência e não causa da crise, dessa forma, o crescimento, e não o déficit é o alvo apropriado para o momento. O cenário deve prejudicar a todos os países, incluindo os emergentes – como Brasil, Índia e China, razão pela qual recomenda que mesmo nações em desenvolvimento devem preparar planos de contingência para um período prolongado de recessão internacional, em função da opção usada para fazer face à crise.

Verifica-se que as inúmeras ações dos Estados desenvolvidos não foram capazes de resolver os graves problemas existentes nos países desenvolvidos decorrentes da deflagração da recente crise econômica e financeira mundial. Registre-se que essa demora na adoção de medidas consistentes por parte dos dirigentes mundiais está contribuindo para aumentar as desconfianças dos mercados. A frágil recuperação da economia dos Estados Unidos (EUA) e dos países da Zona do Euro ⁷, agravada pela crise fiscal instalada em Portugal, Grécia, Espanha e Itália, indicam que o mundo está diante de uma crise econômica que terá uma longa duração.

5 BANCO MUNDIAL: PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL

O relatório do Banco Mundial, denominado Perspectivas de crescimento da economia mundial (BIRD, jun. 2012), prevê que a economia global deverá crescer apenas 2,5% em 2012 e 3,1% em 2013. A crise na Zona do Euro se agravou em agosto de 2011 coincidindo com o abrandamento do crescimento em vários grandes países em desenvolvimento (Brasil, Índia e, em menor medida, Rússia, África do Sul e Turquia).

Por sua vez, o relatório assinala que os países avançados deverão crescer 1,4% em 2012, enquanto os emergentes registrarão alta de 5,4%, sinalizando que a economia global entrou em uma fase muito difícil, caracterizada por significativos riscos e fragilidade. Para a instituição o grande freio à economia mundial é a situação na Zona do Euro, onde a incerteza financeira e a intensificação da crise fiscal provocarão recessão este ano, para quando está previsto crescimento negativo de 0,3% no conjunto dos 17 países da moeda única ⁸.

Os indicadores de crescimento da economia global e dos países selecionados - desenvolvidos e emergentes - em 2012 e 2013 podem ser verificados no quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1. Indicadores de Crescimento da Economia Mundial – 2012 e 2013

Países e regiões	2012	2013
Global	2,5%	3,1%
Desenvolvidos	1,4%	1,9%

Zona do Euro	-0,3%	0,7%
EUA	2,1%	2,3%
Japão	2,4%	1,5%
Emergentes	5,3%	6,0%
China	7,2%	8,5%
Brasil	2,9%	4,2%

Fonte: Banco Mundial (jun. 2012).

O relatório ressalta que as recentes medidas implantadas na Europa, como o fortalecimento do fundo de resgate e o progresso rumo à unidade fiscal na zona do euro, conseguiram reduzir a pressão sobre a dívida soberana de países como Grécia, Itália, Espanha e França. Apesar disso, o Banco Mundial alerta em seu relatório sobre o perigo de a crise financeira e a redução da demanda das economias avançadas se estenderem aos países emergentes, pelo que indica que a economia global pode cair em uma recessão igual ou maior que a registrada em 2008 e 2009. Por isso, recomenda que os países em desenvolvimento, diante de um cenário de descenso dos fluxos de capital e de redução dos preços das matérias-primas, que se preparem com medidas prudentes.

Para o Banco Mundial o principal risco atualmente é que, ao contrário da crise de 2008, tanto os países avançados como os emergentes dispõem de menor espaço fiscal para oferecer uma resposta contracíclica ou para apresentar o mesmo nível de apoio às instituições financeiras com problemas. O relatório destaca que o lento crescimento mundial afeta, também, o comércio internacional, com exportações globais que seguem em declínio desde 2010.

Em 2010, as exportações mundiais de bens e serviços cresceram 12,4%, mas em 2011 registraram aumento de 6,6% e em 2012 é esperada alta de 4,7%. Além disso, os preços mundiais das matérias-primas caíram 10,2% desde os recordes alcançados no começo de 2011, e os produtos agrícolas perderam 19%, o que tem implicações diretas para os países exportadores, que podem ver sua receita reduzir-se em cerca de 4% de seu PIB.

O Banco Mundial recomenda ainda no seu relatório que os líderes dos países em desenvolvimento se preparem para enfrentarem mais problemas, avaliando vulnerabilidades e adotando medidas de contingenciamento. Nesse sentido, sugere que sejam definidas medidas que busquem o financiamento para o déficit orçamentário, priorizando gastos em redes de segurança social e infraestrutura para garantir crescimento de longo prazo e impedir que as instituições bancárias entrem em crise.

Em relação à América Latina em 2012 o Banco Mundial reduziu as suas previsões de crescimento para 3,5% e para 4,1% em 2013 e ressaltou o arrefecimento na economia do Brasil e a forte freada no desenvolvimento da Argentina. O organismo internacional destacou as alterações procedentes das tensões na Europa que provocaram um descenso nos preços das matérias-primas e nos fluxos de capital na região. Nesse sentido destaca o Banco Mundial que houve desde janeiro de 2012 um ajuste em baixa nas previsões globais e a principal razão tem a ver com os acontecimentos na Europa, que começaram a transmitir-se com efeitos adversos ao crescimento dos países emergentes.

Uma das principais causas desse cenário desalentador é a revisão na queda das perspectivas de crescimento para o Brasil, principal economia regional, que deve terminar 2012 em 2,9%, meio ponto abaixo das previsões de janeiro, que o localizavam em 3,4%. Nesse sentido, destaca o contexto de fraqueza externa como uma das razões da desaceleração do Brasil, mas considera que o país retomará um maior ritmo de crescimento, de 4,2%, em 2013 como consequência do forte investimento previsto para a Copa do Mundo de 2014 e da expansão das políticas monetárias⁹.

6 FMI: PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL

Os dados do relatório do Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook—Update 2012), aponta para uma significativa redução das perspectivas de crescimento da economia mundial nos próximos anos, em função dos efeitos da retomada da crise na economia global. As projeções foram revistas para baixo pelo FMI (jul. 2012), em decorrência da desaceleração na Zona do Euro, na China e no Brasil. Para o Fundo a economia mundial crescerá 3,5% em 2012, e em 2013 avançará 3,9%.

Para o Fundo as economias emergentes também foram afetadas nas suas previsões de expansão, que serão de 5,6% em 2012 e de 5,9% em 2013, especialmente devido ao resfriamento da economia chinesa. A América Latina crescerá 3,4% em 2012, três décimos a menos que o previsto em abril de 2012, e em 2013 avançará 4,2%. A China deverá crescer 8% em 2012 e 8,5% em 2013, dois e três décimos a menos, respectivamente. A previsão de crescimento do Brasil para 2012 foi reduzida em seis décimos percentuais, encerrando 2012 com um avanço de 2,5% do Produto Interno Bruto, e de 4,6% em 2013. Para o Fundo, os ajustes em baixa em muitos países emergentes refletem não só um ambiente externo mais frágil, mas também uma demanda interna que desacelerou em resposta às políticas moderadas dos últimos anos, assim como pela saída de investidores e de capital e à desvalorização das moedas locais.

Observa-se que o relatório do Fundo, ao mesmo tempo em que reduziu sua estimativa para o crescimento global, alertou que a perspectiva pode cair ainda mais se as autoridades na Europa não agirem com força suficiente e acelerarem as ações para mitigar a crise da dívida da região. O Fundo também ressaltou que a capacidade produtiva em vários países emergentes, como China, Índia e Brasil pode ser menor do que se esperava anteriormente e que o crescimento futuro pode decepcionar.

No que se refere à Zona do Euro, o Fundo reiterou que é preciso continuar progredindo em duas frentes: a criação de uma entidade única de fiscalização dos bancos da região e de mecanismos para "romper o elo entre dívidas bancárias e soberanas", permitindo que o fundo europeu de resgate possa emprestar dinheiro diretamente a bancos em dificuldades. O FMI reduziu sua previsão de crescimento da zona do euro para 0,7% em 2013, mas manteve sua projeção de uma contração de 0,3% neste ano.

Quanto aos Estados Unidos, a preocupação do Fundo é com o denominado abismo fiscal, uma série de cortes de gastos e o fim de isenções fiscais que se aplicariam já a partir de janeiro, se o Congresso americano não chegar a um plano para aplicá-los gradativamente. O Fundo acredita que, apesar de dividido, o legislativo norte-americano irá postergar a entrada em vigor do gatilho, evitando o freio sobre a economia. Assim, o rebaixamento da previsão de crescimento do PIB

dos EUA em 2012 para 2% (recorde-se que o crescimento de abril de 2012 era de que o PIB dos EUA cresceria 2,1%), revela um quadro desanimador em relação às perspectivas de crescimento daquele país.

O Fundo prevê dois obstáculos ao crescimento na Zona do Euro: a primeira barreira está relacionada ao fato de que muitos países são forçados a reestruturar seus orçamentos e reduzir a dívida. Mas se para isso forem adotadas medidas extremas, elas podem frear o crescimento da economia. No entanto, nem todas as nações que adotam a moeda comum estão na mesma situação: muitas ainda estão em condição mais confortável e deveriam trabalhar numa consolidação mais lenta, a fim de não colocar a economia em risco; o segundo obstáculo diz respeito aos bancos, que deveriam se fortalecer contra a crise e se equipar com mais capital próprio. Isso, no entanto, não deveria ser alcançado com uma limitação na concessão de créditos pelos bancos. O FMI sugere o contrário: deveria ser feito de tudo para evitar consequências sobre o mercado, ou seja, o Banco Central Europeu (BCE) deveria assegurar liquidez suficiente e prosseguir com seu programa de compra de títulos do governo.

O Fundo alerta também para a necessidade de as economias ao redor do mundo seguirem com os ajustes fiscais, em especial as avançadas, mas alertou que esse processo deve ocorrer dando suporte também ao crescimento e ao emprego. Até porque em 2011 os déficits fiscais caíram significativamente em muitas economias avançadas. O FMI reconhece que se trata de um grande desafio, pois uma vez que os riscos para baixo aumentam, a política fiscal tem de andar num caminho estreito. Assim, uma consolidação fiscal muito rápida em 2012 poderia exacerbar os riscos para baixo. Os países com espaço fiscal, portanto, devem reconsiderar o ritmo de ajuste no curto prazo, mas a consolidação fiscal no médio prazo continua prioridade.

Verifica-se que o FMI vem desenvolvendo medidas para promover um aumento em seus recursos para empréstimos para emprestar a países que estejam em dificuldade a fim de atender as necessidades financeiras globais por causa dos efeitos da crise de dívida da Zona do Euro. Nesse sentido o Fundo está buscando levantar até US\$ 600 bilhões em novos recursos para empréstimos, prevendo que vai usar US\$ 500 bilhões para emprestar aos países-membros e que os US\$ 100 bilhões restantes serão guardados como uma reserva de proteção. Para o FMI as

necessidades financeiras globais, poderiam chegar a US\$ 1 trilhão nos próximos anos se as condições econômicas piorarem consideravelmente.

Merece destaque, nesse contexto, o relatório do Fundo que trata da Estabilidade Financeira Global, divulgado em julho de 2012, que assinala que as economias emergentes estão diante de um duplo desafio: tentar conter os efeitos negativos provenientes da instabilidade financeira nos países avançados, e lidar com vulnerabilidades domésticas que aumentaram nos últimos meses. Entre estas últimas, está uma expansão rápida do crédito, o que aumenta o risco de empréstimos de má qualidade, e uma erosão do crescimento econômico, como já vem sendo verificado no Brasil, China e Índia. Nesse sentido, o Fundo reiterou a sua recomendação de que os emergentes exportadores de commodities construam colchões enquanto os preços de matérias-primas ainda continuam altos e há boas condições de liquidez.

7 OS RISCOS DE REDUÇÃO ACENTUADA NOS PREÇOS DAS COMMODITIES

O relatório do FMI (jul. 2012), no que se refere aos preços das commodities, destaca que o patamar ainda permanece elevado, apesar de quedas recentes, o que continua a beneficiar a América Latina, mas que a situação pode mudar. O Fundo adverte que os riscos permanecem altos e que uma eventual deterioração no cenário externo debilitaria ainda mais a já escassa confiança dos mercados, contagiando os emergentes. Assim, uma forte desaceleração na Ásia – provocada, por exemplo, por uma recessão nas economias avançadas – poderia afetar ainda mais os preços das commodities, o que teria efeitos negativos nos países exportadores de matérias-primas da América Latina.

É relevante ressaltar que no cenário atual, diante da perspectiva de redução nos preços das *commodities* que a economia brasileira, ao lado da Rússia, se encontra numa posição mais vulnerável no caso de ocorrer uma elevação duradoura do dólar em relação às cotações de matérias-primas. É previsível que uma queda nos preços das commodities deverá impactar de forma negativa a oferta de liquidez na economia brasileira, e o efeito dessa redução atingiria o mercado de ações e ao crédito.

8 OCDE: RELATÓRIO DE PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO

Na mesma linha das demais instituições multilaterais mundiais, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, mai. 2012) também reduziu suas previsões econômicas para a zona do euro em 2012 e 2013, e advertiu sobre a possibilidade de um aumento dos riscos devido ao desencadeamento de um círculo vicioso recessivo. A OCDE estimou que a economia da zona do euro irá contrair 0,1% em 2012, contra a previsão de alta de 0,6% anunciada em novembro de 2011, e crescerá 0,9% em 2013, em vez de 1,7%.

Para a OCDE a pior situação é a da Grécia, que viverá em 2012 seu quinto ano consecutivo de recessão, desta vez registrando encolhimento do PIB de 5,3%, ao que se seguirá outra queda de 1,3% em 2013. Outros sete de seus 34 Estados-membros, todos europeus, terão uma evolução econômica negativa em 2012: Portugal (-3,2%), Eslovênia (-2,0%), Itália (-1,7%), Espanha (-1,6%), Hungria (-1,5%), Holanda (-0,6%) e República Tcheca (-0,5%). Em 2013, a recessão continuará, além de na Grécia, em Portugal (-0,9%), Espanha (-0,8%), Itália (-0,4%) e Eslovênia (-0,4%).

Em relação aos Estados Unidos a OCDE prevê que o seu PIB deverá subir 2,4% em 2012, em vez dos 2% esperados há seis meses, e 2,7% em 2013, dois décimos mais que a estimativa anterior. No que se refere ao Japão, foram mantidos os dados para este ano (2%), mas reduzidos os de 2013 (1,5%, em vez de 1,6%).

Quanto as maiores economias emergentes, como Brasil e China, a OCDE sustenta que estão se beneficiando de uma melhora moderada de seu crescimento, após um período de desaceleração. No caso do Brasil, a instituição assinala que existem sinais de que a economia está melhorando, graças ao consumo privado e aos investimentos, com risco de pressões inflacionárias. O crescimento do PIB brasileiro caiu de 7,6% em 2010 para 2,7% em 2011, mas estima a OCDE que em 2012 subirá para 3,2% e em 2013 para 4,2%.

No tocante à China, que registrou um crescimento do PIB de 10,4% em 2010 e de 9,2% em 2011, a OCDE estima que aquele país terá um avanço de 8,2% em 2012, invertendo a tendência de desaceleração em 2013, e subirá 9,3%. Na Índia, onde a inflação continua sendo relativamente alta, a instituição prevê um crescimento de 7,3% este ano e de 7,8% em 2013.

9 OIT: CRISE E DESEMPREGO NO MUNDO

Os efeitos da crise econômica mundial no nível de emprego estão evidenciados nas projeções contidas no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, abr. 2012) que trata de perspectivas do emprego para 2012, que prevê que, até o fim de 2012, mais de 202 milhões de pessoas estarão desempregadas em todo o mundo. O prognóstico da entidade é de que o índice cresça 6,1% em 2012 e 6,2% em 2013. Até 2016, 210 milhões de pessoas ainda estarão à procura de emprego, apesar da retomada paulatina do crescimento econômico.

O referido relatório concluiu que o número de postos de trabalho nos Estados Unidos e na União Europeia está abaixo dos níveis desde 2008, ano em que eclodiu a crise. O documento indica que os EUA precisam criar cerca de 4 milhões de empregos para voltar aos níveis pré-crise, o que não considera que o número de pessoas que buscam trabalho cresce aproximadamente 1,5 milhão por ano. Por sua vez, na Europa, o desemprego disparou desde 2010. Constata-se que dos 27 países membros da União Europeia apenas 10 reduziram seus indicadores. O cenário mais preocupante é o da Espanha, onde 25% da população economicamente ativa estão desempregadas e o número cresce para 50% entre os jovens. O relatório alerta que os jovens de 15 a 24 anos sofrem com o dobro de desemprego em relação a outras faixas etárias.

No que se refere à precariedade das condições de trabalho, a OCDE informou que existem 42 milhões de trabalhadores de meio período na União Europeia, dos quais pelo menos 20% gostariam de trabalhar mais horas por semana. Esse cenário revela um aumento do risco de pobreza e de contestação social em 17 dos 24 países da UE avaliados pelo relatório.

10 DISCUSSÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA ECONOMIA MUNDIAL

Observa-se que os resultados dos esforços que vem sendo feitos pelos governos da Alemanha e França e pelo Banco Central Europeu, além do FMI, para resolver as questões envolvendo a crise da dívida soberana da Zona do Euro, por meio da concessão de elevados empréstimos aos países mais afetados, e assim

amenizar a desaceleração das economias, não são animadores. A crise, que na sua origem era um problema de liquidez dos bancos, transformou-se numa crise fiscal em importantes países da Zona do Euro, como por exemplo, a Espanha e a Itália. Destaca-se nesse cenário, também, os riscos de uma possível saída da Grécia da Zona do Euro, o que está exigindo que os países que integram o bloco preparem um plano de contingência individual, na eventualidade de que isso ocorra.

Deve-se ressaltar, nesse contexto, que, tanto o FMI como os governos dos Estados-nação, em particular as economias mais desenvolvidas, não estão avançando de forma adequada na adoção de medidas de regulação do mercado financeiro. Esses países, sem exceção, estão levando em conta apenas os seus interesses econômicos e políticos, procurando encontrar soluções que não desagradem as suas populações, especialmente os eleitores.

A existência de um sentimento de frustração e a forma de reação dos cidadãos em diversos países da Zona do Euro, na medida em que constatarem os custos socioeconômicos das políticas de austeridade que vem sendo adotadas por seus governantes para enfrentar a crise (o que vêm provocando a desaceleração do crescimento econômico e reduzido às receitas públicas e aumentando o nível de desemprego), também é um fenômeno social preocupante. A crescente insatisfação das populações, traduzidas nas pesquisas de opinião pública e nas manifestações de protestos contra as referidas medidas de austeridades que estão sendo adotadas na Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália, França e Alemanha, são ameaças que pairam sobre a região. Caso intensifiquem-se, como já vem ocorrendo na Espanha, podem refletir na governança e mesmo na governabilidade dos países em crise, colocando em risco a própria sobrevivência da União Europeia.

Feitas essas análises e constatações sobre a economia mundial, iremos abordar, a seguir, as fragilidades e perspectivas de crescimento da economia brasileira em 2012 e 2013.

11 PERSPECTIVA DA ECONOMIA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA OCDE

O PIB do Brasil, conforme prevê o relatório da OCDE, vai crescer 3,2% em 2012, e 4,2% em 2013. A organização destaca ainda que a inflação deverá diminuir para 4,9% neste ano e aumentar para 5,3% em 2013. A inflação brasileira, alerta a OCDE, poderá voltar à tona em razão do apertado mercado de trabalho e da

recuperação do crescimento do crédito. Isso pode ser exacerbado caso o Banco Central continue cortando as taxas de juros. Para a instituição, a visão do governo de que as taxas de juros brasileiras não podem voltar aos antigos níveis, considerados excessivamente altos, está correta. Ainda assim existem riscos associados ao movimento do governo para reduzir os juros. O corte de taxas de empréstimos por parte dos bancos estatais brasileiros pressiona os bancos privados a fazerem o mesmo, mas isso tende a aumentar a inadimplência da pessoa física e pode impor riscos para os bancos privados. O governo poderá, por isso, ter de intervir em algum momento para conter um crescimento de crédito possivelmente desestabilizador.

O Brasil, para a OCDE, continua atraindo fluxos significativos de capital estrangeiro, o que resulta em uma taxa de câmbio forte, porém volátil. As exportações, em particular do setor manufatureiro, estão sofrendo com a valorização do real e os desafios estruturais. Na avaliação da organização, as medidas do governo para conter a alta da moeda nacional podem, no máximo, fornecer um alívio temporário. Diz o relatório que resolver questões estruturais de competitividade e tirar vantagem das pressões de concorrência geradas pelo comércio aberto irá melhorar o crescimento da produtividade no longo prazo.

A análise da OCDE sustenta que o período de fraco crescimento do Brasil parece estar chegando ao fim, mas ainda existem riscos na forma de inflação, crédito e competitividade. A atividade está projetada para aumentar rapidamente e, então, se desacelerar gradualmente para taxas em linha com a tendência, puxada pelo consumo privado e o investimento.

12 VULNERABILIDADE EXTERNA TECNOLÓGICA E PRODUTIVO-COMERCIAL DO BRASIL

O Brasil possui no seu elenco de fragilidades na área externa, o que vem contribuindo para prejudicar o desempenho na sua balança de pagamentos. Esses indicadores desfavoráveis recomenda a necessidade do governo adotar medidas consistentes para reduzir essa fragilidade externa do país, em particular, elevando os investimentos em setores estratégicos, com vista a melhorar o desempenho produtivo-comercial do país ¹⁰. Os indicadores mais relevantes do balanço de

pagamentos nos anos de 2010 e 2011, por exemplo, mostram o desempenho sofrível da balança comercial. Registre-se que a conta de transações correntes do balanço de pagamentos apresentou um resultado negativo de US\$ 47,5 bilhões em 2010.

Registre-se que as exportações, conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/AEB, 2011)¹¹, somaram um total de US\$ 256,04 bilhões em 2011, enquanto as importações atingiram US\$ 226,25 bilhões. Observa-se que o superávit de US\$ 29,7 bilhões registrado na balança comercial brasileira em 2011 foi decorrente do baixo valor das importações, o que representou um aumento de 47,8% no saldo comercial. A AEB estima que em 2012 as exportações deverão cair para cerca de US\$ 236,580 bilhões, em função do cenário internacional adverso. As importações alcançarão US\$ 233,540 bilhões, o que irá gerar um superávit no ano de apenas US\$ 3,040 bilhões. A queda estimada em comparação ao saldo de 2011 é 79,5%. Alerta a AEB que as exportações, de uma forma geral, em dezembro de 2011, mostram queda de preço em quase todos os produtos, principalmente do minério de ferro e o complexo soja, prevendo-se assim, um impacto em 2012, visto que os produtos terão uma queda de preço e, eventualmente, queda de quantidade, refletindo na redução das exportações.

É importante destacar que as commodities representam mais de 70% da pauta de exportações brasileiras. Observa-se que as elevações nos preços das commodities brasileiras permitiram que as receitas com esses produtos passassem a ter uma participação significativa nas exportações brasileiras nos últimos dez anos. A receita de exportação do café foi para US\$ 8 bilhões em 2011; a soja alcançou US\$ 16,3 bilhões (estima-se que em 2012 deverá ficar próximo de US\$14 bilhões); de açúcar e açúcar refinado o país vendeu US\$ 5,8 bilhões em 2011; no minério de ferro, vendeu US\$ 41,8 bilhões, em 2011. Verifica-se que nos últimos dez anos em decorrência do crescimento da demanda houve aumento da quantidade exportada, observando-se, entretanto, que os preços desses produtos aumentaram numa velocidade maior. Assim, as exportações brasileiras alcançaram 1,4% das exportações mundiais em 2011, o que posiciona o Brasil no 22º lugar do ranking do mundo em exportação¹².

Observa-se que o Brasil, diante de um ambiente externo desfavorável, encontra-se na dependência da elevação da produtividade de sua economia. Para

que isso ocorra o governo necessita, entre outras medidas, dar continuidade nas reformas microeconômicas, que gerem estímulos para os investimentos privados. Entre essas reformas, destacam-se a definição de um marco regulatório consistente, continuidade do aperfeiçoamento do sistema tributário, entre outras. Essas medidas tenderão a aumentar a competitividade na economia, criando assim as condições básicas para permitir o crescimento sustentado da economia brasileira nos próximos anos ¹³.

Assim, é essencial aprofundar as reformas microeconômicas, que possibilitarão reduzir os gastos fiscais, aumentarem o grau de competição de nossa economia, mitigar as distorções do nosso sistema tributário, e aumentar a segurança dos contratos. Com essas reformas o país tenderá a reduzir as vulnerabilidades da economia. E desse novo patamar, adotar uma política econômica com maior autonomia, que lhe permita reduzir os juros reais e os superávits primários, bem como o uso de políticas anticíclicas, como o fazem as economias desenvolvidas.

A fragilidade produtiva e comercial ocorre, principalmente, nos países emergentes e subdesenvolvidos, onde há fragilidade tecnológica aliada a uma estrutura produtiva negativa – em que os principais produtos para exportação são *commodities*, com baixo valor agregado e com preços definidos internacionalmente, e as importações concentram-se em bens de consumo ou de capital, com alto valor agregado. Essa combinação de exportações de baixo valor e importações de alto valor prejudica o país, na medida em que potencializa um déficit comercial, dificultando a mudança estrutural da produção, haja vista a tecnologia ter de ser importada. Outro ponto frágil da estrutura produtiva do Brasil diz respeito às crescentes participações de empresas estrangeiras, pois as decisões de investimento e exportação são transferidas para outros países.

A vulnerabilidade externa tecnológica e produtivo-comercial pode ser aceita como um único processo em que o atraso e a dependência tecnológica nacional produzem uma estrutura produtiva direcionada ao mercado interno, provocando uma estrutura de comércio exterior negativa - exportações de baixo valor agregado e altamente dependente de cotações internacionais -. Assim, a vulnerabilidade externa brasileira além de financeira é também estrutural. Isso é preocupante, na medida em que a capacidade de reação das autoridades econômicas frente a eventuais das

mudanças na conjuntura internacional externa é significativamente baixa. Nesse sentido, o país precisará de mais bens de capital e equipamentos para realizar os investimentos necessários em infraestrutura e para ampliar a produção de commodities.

Nesse cenário, observa-se que a economia brasileira está assimetricamente internacionalizada. A abertura do mercado nacional não implicou na conquista de outros mercados na intensidade necessária. A internacionalização da economia brasileira, de forma passiva, é um fenômeno antigo, cujos efeitos eram atenuados por elevadas proteções comerciais. Fica evidenciado, assim, que a abertura do mercado, os déficits e os desequilíbrios exigem medidas adicionais, como por exemplo, a geração de apoio à internacionalização ativa de empresas brasileiras.

13 DISCUSSÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

É relevante destacar, inicialmente, que o significativo crescimento do PIB brasileiro em 2010 teve como base de comparação um crescimento negativo da economia em 2009. Por sua vez, o desempenho do PIB em 2011, alcançou apenas 2,7%, sendo que a agropecuária teve um crescimento de 3,9%, serviços de 2,7%, e a indústria apenas 1,6% (IBGE, 2012). O baixo desempenho do setor industrial nos últimos anos mostra que o país está em processo de desindustrialização. Diante desse quadro, fica cada vez mais premente a necessidade de uma estruturação consistente das bases de competitividade do Brasil, o que requer a elevação da produtividade por meio da educação de qualidade e pela priorização da ciência e tecnologia, em especial da inovação.

Deve-se destacar que o desempenho sofrível da economia nacional em 2011 (apenas 2,7%), evidencia que o Brasil ainda não superou as suas fragilidades, que continuam atuando como obstáculos ao desenvolvimento. Observa-se que a possibilidade do país iniciar um círculo virtuoso de crescimento econômico sustentado – necessário para elevar o nível do emprego, reduzir a informalidade e as desigualdades sociais – não é factível nas atuais circunstâncias, em decorrência das deficiências da política econômica que vem sendo implementada, em particular, as políticas fiscal e monetária.

Em 2012, a economia brasileira cresceu 0,75% em junho, conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicando que no acumulado do ano, o IBC-Br cresceu 0,5%. A partir desses dados o Banco Central prevê que o PIB deverá avançar 2,5% em 2012. Registre-se que esse índice se apresenta como uma prévia do PIB do país. Por sua vez, os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início de junho deste ano mostram que o PIB do país cresceu 0,2% nos primeiros três meses de 2012. Esses resultados evidenciam uma clara perda de dinamismo da economia brasileira, provocada pela perda da competitividade da indústria, a queda na taxa de crescimento do varejo e do consumo, que sofreu o impacto do aumento do endividamento e do crédito mais seletivo. Nesse sentido, a projeção inicial do governo federal de crescimento do PIB para 4,5% em 2012 não se sustenta. É oportuno destacar, com base nos dados do IBC-Br e do IBGE, que o PIB brasileiro em 2012 deverá ficar próximo de 2,0%, e a demanda doméstica, com incremento da renda e baixo desemprego, continuará a ser o principal motor do crescimento do país.

Assim, a partir das análises feitas, torna-se possível alertar sobre os custos da manutenção da atual política econômica, particularmente das políticas fiscal e monetária, que mantêm a transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, na medida em que privilegia excessivamente o capital financeiro. Os sinais de fragilidades da economia do Brasil estão evidenciados no nível da dívida pública interna, numa baixa taxa de poupança doméstica, reduzida inserção no comércio internacional - no qual importa e exporta pouco em relação ao PIB -, e por uma integração imperfeita no sistema financeiro internacional.

O modelo econômico em vigor, no nosso entendimento, que tenta conciliar crescimento econômico, taxas de juros reais elevadas, aumento do superávit primário e avanços nas contas fiscais não é sustentável por muito tempo. Nesse sentido, fica evidenciado a necessidade promover-se mudanças criativas no atual modelo econômico, buscando combinar a obtenção de superávits primários com taxas de juros mais baixas¹⁴ e a manutenção do crescimento econômico em nível adequado. Dessa forma será possível reduzir gradualmente a relação dívida interna/PIB. Na condução da política fiscal: redução dos gastos correntes e elevação dos gastos em investimentos, para depender menos da elevada taxa de juros na

contenção da inflação; e na política monetária: adoção de medidas menos danosas para a economia, como por exemplo, elevação do depósito compulsório ou do imposto sobre operações financeiras (IOF) para combater a inflação, além da continuidade da redução da taxa de juros.

Torna-se relevante, ainda, alertar que as ações e medidas adotadas isoladamente na área de oferta de crédito, em que pesem ser necessárias num momento de queda no desempenho da economia, não serão suficientes para que o Brasil enfrente de maneira adequada os complexos problemas socioeconômicos decorrentes do agravamento dos efeitos da crise econômica mundial, que começam a chegar com mais intensidade no Brasil, com destaque para a queda nos preços das *commodities*. É relevante destacar que as principais ameaças estão no cenário externo, e que o Brasil não dispõe de instrumentos políticos e econômicos para modificar esse cenário.

14 CONCLUSÕES

As sistemáticas revisões para baixo dos indicadores econômicos e sociais divulgados por diferentes instituições multilaterais mundiais para 2012 e 2013, revelam que, além dos Zeus (países da zona do euro e os EUA) estão sentindo, em escalas distintas, os efeitos dos reflexos da crise, especialmente na deterioração do mercado de trabalho e da renda. A configuração desse cenário está contribuindo para colocar em alerta o mundo sobre a possibilidade de uma recessão global.

No que se refere ao Brasil, como decorrência dos efeitos da crise mundial, é previsível que haverá uma sensível redução do crescimento da economia do país em 2012 e 2013, em decorrência, em especial, da desaceleração na indústria. É importante alertar que o cenário mundial favorável que beneficiou o Brasil no período de 2003 a 2008 está passando por fortes transformações e gerando incertezas. Diante dessas mudanças argumentamos que é necessário que o país prepare-se de forma adequada para enfrentar as turbulências externas.

Registre-se que a condução da política econômica no Brasil se apresenta bastante complexa, pois vai além da preocupação com a maximização do emprego e da estabilidade do valor da moeda. Nela também está incluída a proteção social, diminuição do nível da pobreza, a redução das desigualdades de renda pessoais, a redução dos desequilíbrios regionais, entre outros. O governo atual já definiu como

prioridade, por exemplo, a execução do plano de aceleração do crescimento (PAC 2) e da política de desenvolvimento produtivo (PDP), reduzir gastos correntes, preservar os programas sociais, os investimentos e o nível de emprego; assegurar proteção aos segmentos mais vulneráveis; continuar a valorizar o salário mínimo, entre outras ações.

Em relação às mudanças necessárias na condução da política monetária no país, em especial, a redução das taxas de juros, é essencial que o Banco Central (BCB), mesmo diante das incertezas no cenário externo, continue assumindo uma postura mais proativa nas suas decisões. É importante lembrar que o Brasil, apesar das quedas nas taxas de juros Selic nos últimos doze meses, ainda pratica uma das maiores taxas de juros reais do mundo (BCB, jul. 2012). Esse cenário nos permite argumentar que os custos das decisões equivocadas que vem sendo adotadas nos últimos anos pelas autoridades monetárias são muito elevados para a sociedade brasileira.

Argumentamos, apoiado nos indicadores e nas análises dos documentos selecionados, que as políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro para enfrentar as turbulências presentes na economia mundial mostram-se insuficientes para fazer frente às ameaças externas. A taxa de investimento não está crescendo e a produtividade está avançando de forma lenta, decorrente, entre outros motivos, da mudança de composição do PIB, das deficiências da gestão pública, da interferência do Estado na economia e do aumento do protecionismo. Diante desse quadro preocupante revela-se necessário que se defina um diagnóstico consistente para o Brasil, que permita uma mudança estrutural no potencial de expansão da economia do país, em especial, preparando de forma mais adequada os ambientes macroeconômico e microeconômico.

Nesse diagnóstico é recomendável que os governantes levem em consideração a necessidade de aprofundar os cortes nos gastos correntes do setor público, priorizando os investimentos em setores estratégicos de infraestrutura essenciais para o desenvolvimento, diminua tributos, em particular os impostos indiretos, reduza o serviço da dívida, dando continuidade aos cortes na taxa de juros, controle a inflação, adote medidas para evitar a desvalorização acentuada do real, melhore o desempenho da governança pública, combata a corrupção, aumente

a competitividade, estimule a inovação, e em especial, estimulando o desenvolvimento do capital humano, elevando a qualidade da educação da população, por meio de reformas educacionais consistentes e alocando investimentos na formação profissional.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. Relatório Perspectiva Econômica Global 2012 (GEP). Washington D.C.: Banco Mundial, jun. 2012.
- BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRASIL. Banco Central. Relatório do Comitê de Política Monetária. Brasília: COPOM/BCB, jul. 2012. Disponível em: www.bcb.gov.br. Pesquisa feita em 19.08.2012.
- BRASIL. Banco Central. Indicadores Econômicos. Brasília: DEPEC/BCB, jul. 2012.
- BRASIL. Banco Central. Focus – Relatório de Mercado. Brasília: BCB, jul. 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>
- BRASIL. IBGE. Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Pesquisa feita em 12.08.2012.
- BRASIL. IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: www.ibge.gov.br. Pesquisa feita em 15.08.2012.
- BRASIL. IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011c. Disponível em: www.ibge.gov.br. Pesquisa feita em 15.07.2012.
- IMF. International Monetary Fund. World Economic Outlook Update. Global Recovery Advances but Remains Uneven. Washington – DC: IMF, jul. 2012. Disponível em: www.imf.org. Pesquisa feita em 27.08.2012.
- KEYNES, John M. Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- KEYNES, John M. The Collected Writings of John Maynard Keynes, 30 volumes. London: MacMillan e Cambridge: Cambridge University Press. Volumes identificados como CW, seguidos pelo número respectivo.
- LEEPER, E. M. Equilibrium under active and passive monetary and fiscal policies. Journal of Monetary Economics, v. 27, n. 1, p. 129-147, 1991.
- LEEPER, E. M. A simple model of the fiscal theory of the price level. Bloomington: Indiana University, 2005.
- MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 2011.
- MATIAS-PEREIRA, José. Gestão das Políticas Fiscal e Monetária: Os efeitos colaterais da crise mundial no crescimento da economia brasileira. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, vol. 148, p. 1-23, 2011.

- MATIAS-PEREIRA, J. Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e no orçamento público do Brasil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. B. Finanças Públicas – Teoria e Prática. São Paulo: Editora Campus – Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MUSGRAVE, Richard. The Theory of Public Finance. New York: McGraw-Hill, 1959.
- NORTH, D. Institutions, institutional change and economic performance. 7th ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ONU. Nações Unidas. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - UNCTAD. Relatório 'Situação e Perspectivas da Economia Mundial. Genebra: Unctad, jan. 2012.
- ONU. Nações Unidas. Organização Internacional do Trabalho - OIT. Relatório Panorama Laboral 2011. Genebra: OIT, jan. 2012. Disponível em <http://www.ilo.org>.
- ONU. Nações Unidas. OIT. Organização Internacional do Trabalho. Relatório Tendências Mundiais de Emprego 2012: prevenir uma crise mais profunda de empregos. Genebra: OIT, jan. 2012. Disponível em <http://www.ilo.org>.
- ONU. Nações Unidas. OIT. Organização Internacional do Trabalho. Relatório Tendências Mundiais de Emprego 2012. Genebra: OIT, abr. 2012.
- OECD. [Organization for Economic Co-operation and Development](http://www.oecd.org). OECD Economic Outlook No. 88. Paris: OECD, November 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/41/33/35755962.pdf>. Pesquisa feita em 17.08.2012.
- SARGENT, T. J. Beyond demand and supply curves in macroeconomics. American Economic Review Papers and Proceedings, n. 72, 1982.
- SARGENT, T. J. Reaganomics and credibility, rational expectations and inflation. New York: Harper and Row, 1986.
- SIMS, C. A. A simple model for study of the price level and the interaction of monetary and fiscal policy. Economic Theory, n.4, 1994.
- WORLD BANK. The International Bank for Reconstruction and Development. Global Economic Prospects 2012. Washington DC: The World Bank, jun. 2012. Disponível em: www.worldbank.org . Pesquisa feita em 11.08.2012.
- WOODFORD, M. Price level determinacy without control of a monetary aggregate. NBER Working Paper, n. 5204, 1995.
- WOODFORD, M. Interest and prices: foundations of a theory of monetary policy. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

¹ O crescimento da economia, o nível de emprego e a inflação surgem como importantes variáveis para avaliar as tendências da economia mundial e nacional. Havendo uma demanda menor, somada a uma queda acentuada no nível de emprego, o comércio mundial

será afetado, o que produzira efeitos negativos em larga escala na economia nacional (Matias-Pereira, 2012).

² É sabido que a identificação das restrições e incentivos que condicionam a tomada de decisões é um elemento essencial de qualquer teoria positiva da política econômica. Merece uma atenção especial o processo de formação de expectativas por parte dos agentes e a credibilidade das políticas macroeconômicas, em particular em cenários de crise econômica. A verdadeira relevância deste tipo de questão aflora quando se aprofunda na natureza estratégica das interações que se estabelece entre o policymaker e os agentes privados e as autoridades de política econômica (Matias-Pereira, 2012).

³ Destacamos na escola keynesiana os trabalhos de Leeper (1991, 2005), Taylor (1993), Sims (1994) e Woodford (1995; 2003).

⁴ Inflação é o crescimento contínuo e generalizado dos índices de preços, particularmente, do índice oficial – o IPCA –, que no Brasil é calculado pelo IBGE, em onze regiões metropolitanas. O índice é calculado com base em uma cesta de bens e serviços consumida por amostragem da população que tem renda de um a 40 salários-mínimos. A ponderação dos gastos com alimentos, por exemplo, é de 22%; gastos com habitação, 16%; gastos com transportes, 20%; gastos com saúde, 12%; gastos com educação, 5%; gastos com lazer, 10%, e os demais com os restantes 15% do total (Matias-Pereira, 2012).

⁵ *O aprofundamento da crise evidencia que o processo de crescimento econômico no mundo continuará lento nos próximos anos, com efeitos perversos sobre o emprego e a renda das populações mundiais. Esse cenário pode ser mensurado com os dados mais recentes divulgados pelas principais instituições multilaterais, em especial, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (Matias-Pereira, 2011).*

⁶ Registre-se que ocorreu, tanto na crise econômica de 1929 como na crise atual, uma clara ineficiência dos mecanismos reguladores do Estado. É preciso lembrar que as crises são fenômenos inerentes ao sistema capitalista, decorrentes de suas reconhecidas imperfeições, o que reforça a necessidade do Estado atuar de maneira consistente como ente regulador (Matias-Pereira, 2012).

⁷ Observa-se que a crise na Zona do Euro está mais amena nos países do norte, os mais ricos (Alemanha, Holanda, Finlândia e França), e mais grave nos países do sul (Grécia, Itália, Portugal e Espanha).

⁸ *A taxa de desemprego na Zona do Euro chegou a 10,8% em fevereiro de 2012 (Eurostat, abr. 2012). No total, 17,134 milhões de pessoas estavam desempregadas nos 17 países que usam o euro. Nos 27 países da União Europeia, a taxa de desemprego em fevereiro foi de 10,2%, o que significa 24,550 milhões de desempregados no bloco.*

⁹ O Brasil é destacado no relatório do Banco Mundial (Bird, jun. 2012), entre aqueles países onde a rápida expansão do crédito – mais de 10 pontos percentuais do PIB entre 2007 e 2011 – elevou a possibilidade de empréstimos de má qualidade em um ambiente de aversão ao risco. Além disso, a política monetária frouxa, ainda que adequadas por causa da desaceleração da atividade econômica, reduz o espaço de ação para prover mais estímulos no futuro.

¹⁰ Recorde-se que o nível de investimento do Brasil na atualidade é de 19% do PIB, quando é sabido que o nível ideal é 25% do PIB.

¹¹ Veja o Informativo de Comércio Exterior – AEB, nov./dez. 2011, Ano XII, nº 113, p. 1.

¹² Os dados disponíveis estimados para o segmento de commodities brasileiras indicam que o açúcar que atingiu US\$ 573 a tonelada em 2011 e tem o seu preço previsto para US\$ 530 em 2012; a carne bovina alcançou US\$ 5.077 a tonelada, e deve ficar em US\$ 5.000 em 2012; o minério de ferro que em 2011 foi vendido a US\$165 a tonelada, deverá ser vendido a US\$ 145 a tonelada em 2012, e cair para US\$130 a tonelada em 2013; a tonelada do café que era vendido a US\$ 4.463 em 2010, deve alcançar US\$ 4.600 a tonelada em 2012. A vulnerabilidade externa brasileira se revela também a partir das formas de fragilidade tecnológica e da fragilidade produtiva e comercial.

¹³ A vulnerabilidade externa brasileira se revela também a partir das formas de fragilidade tecnológica e da fragilidade produtiva e comercial. A fragilidade tecnológica é decorrente do fato de que as tecnologias, hoje, são dominadas por um conjunto restrito de empresas que, em sua maioria, possuem origem nos países centrais. Desse modo, para modernizar o parque produtivo nacional, há a dependência destes mercados para adquirir tecnologia, o que gera a fragilidade (MATIAS; KRUGLIANSKAS, 2004).

¹⁴ A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de 11 de julho de 2012, de cortar a taxa básica de juros (a Selic) em 0,5 ponto percentual, indo de 8,5% para 8% ao ano, foi o oitavo corte seguido na taxa. A série de reduções começou em agosto de 2011, quando os juros caíram de 12,5% para 12%. Registre-se que essa é a menor taxa que o Brasil já teve desde a criação da Selic, em julho de 1986 (Matias-Pereira, 2012).